

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AUTORES

BEZERRA Andreia Chaves

Formanda do curso de pedagogia da União das Faculdades dos Grandes Lagos;

FÁVARO Andressa Costa

Formanda do curso de pedagogia da União das Faculdades dos Grandes Lagos

POLACCHINI Ana Paula

Advogada e professora universitária. Doutora e Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito (USP), Especialista em Direito Constitucional (UEL);

CALORE Aira Casagrande

Professora de educação básica e universitária. Mestre em Educação Matemática (UNESP),

RESUMO

Este trabalho tem como tema o estudo da cidadania e dos direitos humanos a partir da Educação Infantil. O objetivo central é discorrer sobre os direitos básicos da criança e a sua importância para formar professores dispostos a trabalhar o tema em ambiente escolar, iniciando com o público infantil e a fim de contribuir para o desenvolvimento de cidadãos críticos e respeitosos. Especificamente, refletimos sobre a definição e a efetividade dos direitos humanos como parte da formação de professores para que tais direitos se consolidem a partir da Educação Infantil, de modo que não sejam negligenciados por desconhecimento ou desinformação. A partir de pesquisas realizadas sobre educação em direitos humanos (EDH) em artigos, livros e documentos normativos, compreendemos a partir de ideias relevantes e pertinentes de Klein (2015) e Freire (1997). Dentre os documentos normativos figuram a Constituição Federal (CF, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), os quais expõem historicamente a temática dos direitos humanos e seus benefícios sobretudo para a educação de crianças.

PALAVRAS - CHAVE

Direitos humanos. Criança. Educação Infantil. Preservação dos Direitos.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema a Cidadania e os Direitos Humanos na Educação infantil e a importância de que as crianças tenham conhecimento sobre tal. O objetivo deste, é contribuir para o desenvolvimento de cidadãos críticos e respeitosos, além de propor práticas e procedimentos pedagógicos necessários para a consolidação dentro das escolas, de modo a envolver toda a comunidade.

Em situações onde o professor tenta conter a criança, não respeitando sua fase motora, sua expressão corporal ou a importância da motricidade para o desenvolvimento da criança, temos um ambiente pedagógico hostil. Diante disso, a escola pode abordar estratégias que colaborem para a promoção dos direitos humanos no seu cotidiano. Leituras, palestras, cursos e diálogos sobre direitos, deveres, ética e respeito, não só para os professores, mas incluindo toda a comunidade escolar. Assim, há a relevância de estabelecermos uma relação de respeito com as crianças em sala de aula como solução para este e outros problemas.

Especificamente, refletimos sobre a definição e utilidade dos direitos humanos, como a comunidade escolar pode cooperar para evitar que os direitos humanos sejam negligenciados desde a educação infantil. É importante entender que as crianças têm direitos e, se exigimos o respeito delas, é justo respeitá-las para que aprendam e reproduzam relações de respeito mútuo. Portanto, é imprescindível que a criança tenha uma educação que valorize sua participação social, que envolva valores éticos, interações com equidade, afetividade, respeito e reciprocidade. Para isso, além de leis que garantam esses direitos, a cooperação entre a comunidade escolar e a família é essencial para uma melhoria gradativa da sociedade.

Neste sentido, a pesquisa que fundamenta este trabalho tem como referencial teórico artigos e livros de Ana Klein (2015) e Paulo Freire (1997), além de documentos normativos oficiais como a CF(1988), o ECA (1990), a DUDH (1948) e a BNCC (2017), os quais tratam criteriosamente o tema para assegurar não só os direitos das crianças, mas uma convivência mais digna e justa para toda a humanidade.

2. REFLEXÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E SUA RELAÇÃO COM AS CRIANÇAS

2.1 DEFINIÇÃO E UTILIDADE DOS DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos podem ser compreendidos como os direitos básicos de todo e qualquer cidadão, independentes de suas escolhas pessoais, gênero, nacionalidade, etnia, idioma ou religião, sendo alguns deles: o direito à liberdade de expressão e opinião, direito à vida e à educação, direito de crer e amar sem nenhum tipo de discriminação ou humilhação e direito a qualquer religião de sua escolha.

O artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH - Resolução nº217 (III)) traz o seguinte: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”. (ONU, 1948, p. 4)

A DUDH foi proclamada em 1948 pela Assembleia Geral das Nações Unidas e estabelece a proteção formal dos direitos humanos no pós-guerra. Há, ainda, outros documentos oficiais internacionais que orientam o desenvolvimento e a proteção dos direitos humanos, dentre eles os Pactos Internacionais de direitos civis e políticos, além dos direitos econômicos, sociais e culturais, ambos de 1966. Inclusive, os pactos fazem referência ao direito à educação no artigo 13: “Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação.”; e o artigo 14 prevê “o princípio da educação primária obrigatória e gratuita para todos.” (1992)

No âmbito das Américas foi criado um sistema regional de promoção e proteção dos direitos humanos que é a Convenção Americana Sobre direitos humanos conhecida como o Pacto de São José da Costa Rica, trata dos direitos civis e políticos; e a Convenção Americana sobre direitos humanos em matéria de direitos econômicos,

sociais e culturais conhecida como o Protocolo de São Salvador que trata dos direitos econômicos, sociais e culturais. Por sua vez, a Constituição Federal (CF) de 1988 é o documento normativo que rege o país.

No campo da educação há diversos documentos normativos nacionais aplicáveis à educação, inclusive, mencionados por Klein (2010, p.8), que traz uma breve explicação de cada um deles. ¹São eles: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A Constituição Federal (CF) indica os direitos da criança e do adolescente, dentre outros, em seu artigo 227, assim como assegura a proteção diante de quaisquer maus tratos:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Temos, ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) instituído pela lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 e que regula os direitos da criança e do adolescente no Brasil e prevê a proteção integral destes, assegurando seu “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade” (BRASIL, 1990, Art.1º). Dentre os direitos da criança, o ECA assegura a promoção e a proteção dos direitos fundamentais. Entre estes estão: o direito de ir, vir e estar em locais públicos, direito a opinião e expressão, brincar, se divertir, buscar refúgio, auxílio e proteção, direito ao respeito nos aspectos físicos, psíquicos e morais da criança, direito a proteção a qualquer tipo de maltrato, abuso, tratamento desumano ou constrangedor.

O ECA também estabelece que a criança seja educada sem o uso de castigo ou qualquer tipo de punição física, emocional ou psicológica. É necessário zelar pela dignidade da criança e cabe a escola comunicar as autoridades qualquer evidência de maus tratos notados na criança, assim como ausência nas aulas. (BRASIL, 1990).

Diante disso, podemos concluir que as crianças são protegidas pela lei, porém somente as leis não são suficientes, é preciso praticar o respeito e a cidadania dentro da sala de aula, envolver a criança numa prática acolhedora, mostrando a importância de respeitar o próximo e sua diversidade, pois devemos respeitar as leis pelos seus princípios e não apenas por levar a uma punição jurídica. Conforme Klein:

A força da lei pode coibir atos violentos, discriminatórios, mas não necessariamente contribui para a promoção da igualdade e da dignidade humana. Uma lei pode ser respeitada pelo temor de ser punido e não pelo respeito ao princípio que a gerou. Daí a importância de transcender a dimensão jurídica e atentar-nos, também, à dimensão ética relacionada aos Direitos Humanos. Ainda que estejamos nos referindo a leis, a EDH trata fundamentalmente de princípios que guiam a vida humana nas instituições e na sociedade. (2015, p. 4)

Vale ressaltar que é de suma importância que o educador conheça esses direitos e reconheça na criança um sujeito em fase de desenvolvimento que goza de direitos e vontades próprias, a partir disso pensar em metodologias que promovam a construção de uma cidadania pautada no respeito, na ética e na dignidade.

2. 2 A PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA E O PAPEL DA COMUNIDADE ESCOLAR

¹ É possível encontrá-los disponíveis para *download* ou consulta na internet.

Como direito humano essencial pode-se destacar o direito à educação de qualidade para todos. Para Klein “a educação é uma das principais vias para o despertar de um novo olhar, de uma cultura baseada em valores democráticos e humanizadores” (2015, p.187); portanto, os direitos humanos devem fazer parte da prática educativa a fim de que as crianças estejam sempre envolvidas em um ambiente que a respeite como um ser de direitos e que a faça refletir sobre isso.

É importante pensar em práticas educativas que envolvam os direitos humanos, levando as crianças a reflexão e conhecimento enquanto sujeitos, enquanto seres humanos e ao mesmo tempo enxerguem o “outro”. Vale ressaltar que a educação infantil é a base para o desenvolvimento integral do indivíduo, dessa forma ao aprenderem desde cedo e perceberem que todos são iguais perante a lei, estaremos caminhando para sociedade mais justa e igualitária.

Paulo Freire afirma que “a prática educativa tem de ser, em si, um testemunho rigoroso de decência e de pureza.” (1996, p. 18). Essa prática envolvendo o respeito, ocorre a partir do momento que o professor compreende e acolhe os saberes de cada um de seus educandos e a escola trabalha de forma a promover e ensinar os direitos a essas crianças. Esse aprendizado, essa experiência dentro do ambiente escolar devem ser significativos também fora dele e fazer parte da vida e dia a dia das crianças.

Vivemos em um país conhecido por sua diversidade cultural. Para trabalhar essa temática cabe a comunidade escolar promover debates com o intuito de levar esclarecimento as crianças, gerar empatia, praticar o respeito ao próximo, ter como base valores e princípios para a formação de um cidadão ético e crítico.

O docente terá o papel fundamental na abordagem dos direitos humanos, pensando em uma prática pedagógica de modo a trazer experiências do dia a dia de seus alunos para dentro da sala de aula. Normas de convivência e relacionamentos que podem ser associados às disciplinas, com conteúdos transversais que envolvam os direitos humanos nas questões de respeito ao outro e à diversidade. Tal prática contribui para o desenvolvimento do senso crítico dessas crianças, além de aspectos ligados à cidadania e à humanização.

O poder de tomar decisões adequadas a determinados contextos, faz parte da formação da ética, de se enxergar como sujeito dentro da sociedade e agir com empatia. Para proporcionar isso a eles, o professor deve fazer e pensar certo de acordo com as ideias de Paulo Freire. Para ele, pensar certo é o pensar crítico, reflexivo, ético, criativo e autônomo numa prática democrática e fazer os seus alunos pensarem e refletirem seguindo esse raciocínio. (1996, p. 15)

Ainda segundo Freire: “Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar” (1996, p. 61). Se como professores não soubermos escutar, não estaremos respeitando nossos alunos ou até mesmo nossos companheiros de trabalho. Só aprenderemos tal ato quando fizermos silêncio, ouvirmos o outro, as dúvidas, inseguranças, angústias, entender o que se passa com cada aluno, aceitar questionamentos e ideias diferentes daquilo que acha certo.

Entendemos que escutar não é apenas um sentido auditivo, e sim saber que cada criança ou qualquer ser humano tem a sua linguagem, diferenças e temos o dever de saber respeitá-los assim como queremos ser respeitados. “Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me escutá-lo ou escutá-la.” (FREIRE, 1996, p. 62)

E este papel cabe também dentro do âmbito familiar, onde a figura paterna que antes trabalhavam diretamente para fora de casa, agora toma um novo espaço dentro de casa, assim como a participação contínua e direta nos cuidados das crianças, havendo a desimbolização de que o pai remete uma pessoa autoritária, sem condição de escolhas, e sem a demonstração de afeto e respeito, não existindo superioridade aos seus filhos e esposa.

Com isso, trabalhar para motivar o aluno a ser diferente, construir sua própria identidade, incentivando-o a entender seu papel no mundo agindo com respeito e empatia para com todos. Podemos encontrar crianças que apresentem comportamentos agressivos ou considerados desrespeitosos. É em momentos como esse que o professor deve demonstrar empatia e jamais utilizar qualquer tipo de punição, considerando o que Storch e Araújo e afirmam:

São inadmissíveis práticas dos adultos que desrespeitem singularidades e identidades ou a integridade das crianças, práticas que exponham as crianças a situações de constrangimento e humilhação, manifestações de raiva, invenção de apelidos, obrigação de fazer silêncio ou dormir, submissão a longos períodos de espera ou qualquer tipo de castigo. São intoleráveis também posturas discriminadoras em relação ao corpo da criança, ligadas a atividades básicas como higiene e alimentação e situações onde a falta de higiene e condições estruturais frágeis coloquem em risco a saúde e o bem-estar físico das crianças. (2017, p. 55)

Se o aluno faz algo que deixe o professor insatisfeito, quando supostamente não presta atenção na aula, quando brinca em momentos considerados inapropriados por este adulto na sua função pedagógica ou age de modo desrespeitoso, cabe ao professor dialogar, entender os motivos que estão levando a criança a tal comportamento, ouvir o que a criança está tentando dizer e não agir, em momento algum, de modo irritadiço.

A escola, os professores, funcionários, podem fazer a diferença na vida desses alunos, tanto uma diferença ruim quanto uma boa. Por isso que ser professor é ter, como diz Freire, decência e pureza, temos que entrar na vida deles para somar, “sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa de ser autenticamente vivido.” (FREIRE, 1996, p. 57)

Encontramos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC - 2017), documento normativo que regulamenta as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas por todas as escolas, na etapa Educação Infantil, os direitos de aprendizagem da criança divididos entre os tópicos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

A escola deve garantir que esses direitos de aprendizagem ocorram de modo efetivo. Com isso, quando a escola priva uma criança de brincar está violando um de seus direitos de aprendizagem. De acordo com a BNCC, ao brincar, a criança pode ampliar seu conhecimento, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. (BRASIL, 2017)

Dentro da escola o professor deve proporcionar mais momentos direcionados ao brincar e atividades lúdicas, até porque o brincar também é considerado uma forma de expressão da criança. Para Melanie Klein (1991):

Ao interpretar não apenas as palavras das crianças, mas também suas atividades com seus brinquedos, apliquei este princípio básico à mente da criança, cujo brincar e atividades variadas – na verdade, todo o seu comportamento – soa [sic] meios de expressar o que o adulto expressa predominantemente através de palavras. (apud LAURENTINO e MELO, 2015)

Podemos perceber que através do brincar a criança expressa seus sentimentos, suas emoções e até seus conflitos internos. Enquanto o adulto consegue escrever ou falar sobre seus problemas, a criança faz isso por meio da brincadeira e por isso é algo que deve fazer parte da rotina escolar sendo inaceitável que qualquer criança seja privada disso.

É um momento em que as crianças necessitam ter durante toda a infância, porque se ela for privada ou reprimida de alguma forma desse direito, ao invés de descobrirem os sentimentos, saberem lidar com eles, se

descobrirem como seres dentro da sociedade, isso acarretará problemas no seu desenvolver como afetará principalmente na sua vida adulta. Poucos adultos hoje em dia conseguem tratar de seus problemas serenamente, falar ou escrever sobre eles com facilidade. Isso é algo que pode ser trabalhado e estimulado quando criança.

Explicamos a importância do brincar como direito de aprendizagem importante para o desenvolvimento da criança, porém não podemos deixar de considerar e garantir que todos eles sejam respeitados dentro da escola.

Ainda sobre os direitos de aprendizagem, vale ressaltar que, na etapa da Educação Infantil, as crianças choram com bastante frequência, principalmente em período de adaptação, e esse chorar também deve ser visto como uma forma de expressão e, portanto, deve ser respeitado. Permitir que a criança tenha seu momento de chorar quando precisa, sendo papel do professor acolher, oferecer diálogo e aconchego, jamais tentar interromper esse momento.

Além dessas formas de como agir em determinadas situações promovendo o respeito entre professor e aluno, podemos destacar alguns conceitos que podem ser desenvolvidos na educação infantil como: dialogar sobre o respeito mútuo ao ocupar espaços e compartilhar brinquedos, por exemplo.

Um importante complemento do diálogo, portanto, é a educação psicomotora, a combater os efeitos prejudiciais da cultura de limitação de movimentos corporais para o desenvolvimento infantil. Mas muitas outras práticas são possíveis pela metodologia da psicomotricidade. Nesse contexto, segue algumas sugestões de práticas pedagógicas pautadas na diversidade étnica e cultural, nos regionalismos do Brasil e na prevenção de violências e violação de direitos, de modo que as teorias científicas para EDH podem ser tanto vivenciadas nas relações sociais escolares, quanto combinadas com as explorações curriculares sob a forma de:

- Teorias e práticas em Psicomotricidade;
- Musicalização, música e dança;
- Leitura a partir de repertórios de literatura infantil e infanto-juvenil;
- Rodas de conversa em linguagem lúdica e específica para cada faixa etária sobre conceitos e práticas de Educação Matemática: associação nas relações de identificação e de causa-efeito, comparação e a relação igualdade-diferença como critérios de classificação, operações, dentre outros, a fim de abordar temas como desigualdade, injustiça, compensação, equilíbrio, equidade, justiça e tudo o que for possível e necessário.
- Vídeos e cartilhas de campanhas idôneas contra violências e outras violações de direitos, além de filmes infantis como fontes para rodas de conversa;
- Contação de histórias e teatro (dedoche, fantoche, marionetes ou tradicional) além de oportunidades em que os alunos possam alternar entre espectadores e “atores”;
- Dinâmicas de grupo, brinquedos, brincadeiras e jogos esportivos ou gerais.

As rodas de conversa e dinâmicas de grupo podem ser iniciadas na Educação Infantil e ampliadas no Ensino Fundamental, com uma metodologia que permita às crianças evoluir nas suas expressões com relação a cada tema tratado. Como exemplo na área de Educação Matemática, as crianças podem listar as características dos colegas e o professor pode propor um debate sobre igualdade, diferença, classificação e comparação ao comentar sobre a pluralidade étnica do Brasil, abordando temas como preconceito, racismo, discriminação, injustiça, desigualdade, identidade, equidade, respeito e tantos quantos forem necessários

A importância de se trabalhar com ética, de se ter uma educação pautada em valores e princípios, adquirir uma postura respeitosa dentro do ambiente escolar faz com que as crianças, imersas neste contexto, aprendam sobre seus direitos, e principalmente, se tornem cidadãos justos, éticos, solidários e com isso uma sociedade mais justa e igualitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) define a BNCC como um documento oficial que norteará a grade curricular de todo sistema de ensino, seja da rede privada ou pública. Atualmente, usado pelas escolas para preparar o plano anual, o documento estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que o aluno desenvolva ao longo da educação básica. A BNCC explica, ainda, a importância de se trabalhar em conjunto com a família para o sucesso dessa aprendizagem.

Para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, a prática do diálogo e o compartilhamento de responsabilidades entre a instituição de Educação Infantil e a família são essenciais. Além disso, a instituição precisa conhecer e trabalhar com as culturas plurais, dialogando com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. (BRASIL, 2017)

Outro documento normativo e orientador para educadores é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), estabelecido pela LDB (Lei 9.394/96) que traz afirmações acerca do respeito a diversidade cultural e respeito a criança:

Estes volumes pretendem contribuir para o planejamento, desenvolvimento e avaliação de práticas educativas que considerem a pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero, social e cultural das crianças brasileiras, favorecendo a construção de propostas educativas que respondam às demandas das crianças e seus familiares nas diferentes regiões do país. (BRASIL, 1998)

Conforme o RCNEI, algumas posturas adotadas por professores da educação infantil, como suprimir o movimento, submeter as crianças a longos períodos de espera, ou tarefas mais sistematizadas onde as crianças devem ficar quietas não podendo fazer nenhum gesto, movimento ou levantar-se da cadeira, são exemplos de que “a permanente exigência de contenção motora pode estar baseada na idéia de que o movimento impede a concentração e a atenção da criança, ou seja, que as manifestações motoras atrapalham a aprendizagem.” (BRASIL, 1998, p.18)

Ainda, de acordo com o RCNEI, essa ideia de manter a ordem pode gerar um comportamento passivo por parte da criança, além de provocar um ambiente hostil em sala de aula, em que o professor tenta, a todo custo, conter a criança, não respeitando sua fase motora, sua necessidade por movimento, seu momento de descoberta, sua expressão corporal, a importância da motricidade para o desenvolvimento da criança. Diante disso, a escola pode abordar estratégias que colaborem para a promoção dos direitos humanos no seu cotidiano. Leituras, palestras, cursos, campanhas de respeito, mas não só para os professores, isso deve ser algo que inclua toda a comunidade escolar.

A partir da BNCC, constata -se que a educação psicomotora é essencial na vida escolar da criança. Explorar e movimentar cada parte do corpo, por meio de brincadeiras, danças, teatros. Dessa forma a criança estará exposta a diversas possibilidades de aprendizagem, incluindo o respeito com os colegas de seu meio social e o autocuidado já passam a ser valorizados desde cedo. A psicomotricidade por sua vez:

[...] considera o conhecimento em relação à vida e que proporciona tanto a descoberta do mundo exterior, das coisas, do mundo objetivo, quanto a descoberta do mundo interno, o autoconhecimento, a autoorganização sendo ambos preciosos para o desenvolvimento. (CARVALHO, 2003, p.85)

Portanto, os educadores devem desenvolver estratégias que permitam às crianças explorar, descobrir, falar, interagir e brincar. Isso pode tornar o ambiente escolar mais acolhedor e propício para uma educação de qualidade.

As crianças precisam se sentir como cidadãos conscientes de seu papel na sociedade desde a Educação Infantil e a comunidade escolar é uma influência para a criança neste sentido. Na sala de aula o professor deve refletir sobre sua prática a todo momento e oferecer modelos de ética ao considerar direitos e deveres. É essa soma de esforços na escola que pode permitir à criança conhecer e aprender a respeitar a diversidade na qual está inserida.

Isabela Minatel, psicopedagoga e docente de pós-graduação da FGV e da Fanan em um vídeo para o canal TedxTalks, no *Youtube*, com o tema “O Mundo da Perspectiva da Criança”, discorre sobre a importância de pararmos para ouvir o que a criança tem a dizer, por meio de movimentos corporais ou até do choro, sobre enxergarmos o mundo do ponto de vista da criança. Em um outro momento, ainda afirma que determinadas atitudes que temos em relação às crianças, jamais a teríamos em relação a um adulto.

Um exemplo, segundo Minatel, é o da criança que atirou o prato na professora e explicou que fez isso porque colocou a toalha em cima da mesa, mas a professora a retirou e colocou o prato diretamente sobre a mesa, o que causou muita revolta na criança. A justificativa da criança mostra que ela foi desrespeitada e reagiu a isso. Situações como esta precisam ser evitadas dentro do ambiente escolar e mostram que é preciso ter um olhar atento por parte de todos os envolvidos nesse ambiente. As crianças não podem e ser tratadas dessa forma, têm direito de serem reconhecidas e respeitadas. E assim, quando a criança começa a ser tratada e respeitada como parte da sociedade é que poderemos crer num futuro pautado na equidade e solidariedade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, ao abordarmos o assunto Educação em Direitos Humanos e Cidadania na Educação Infantil, concluímos que a criança deve ter seus direitos respeitados e que escola é o espaço onde não só administradores e professores devam promover ações para que a educação em direitos humanos, de fato, seja planejada, adotada e vivenciada. A EDH, portanto, é responsabilidade de todos os que formam a comunidade escolar, a qual pode e deve contribuir, buscando continuamente estratégias para que isso aconteça.

Diante dos estudos científicos consultados e dos documentos oficiais que asseguram os direitos da criança e do adolescente, podemos, agora, perceber a importância de manter os educadores cientes de seu papel dentro da escola. O objetivo de desenvolver um cidadão crítico, respeitador, consciente de sua cidadania está diretamente ligado ao conhecimento dos direitos humanos básicos de cada cidadão e isso pode ser trabalhado desde a Educação Infantil. O professor deve sempre pensar e refletir sobre sua prática pedagógica em prol do bem estar físico e mental da criança.

Também foi possível compreender que as crianças têm direito a todas as formas de expressão, como rir, chorar, andar, falar, desenhar, pintar, brincar. Nestes casos, cabe ao professor respeitar o momento, no processo de desenvolvimento em que a criança se encontra e procurar a melhor estratégia para a execução de atividades pautadas no respeito a estes momentos.

Enfim, o relacionamento com as crianças deve ser de respeito, atenção, compreensão. Se exigimos isso delas, também devemos retribuir. Os direitos humanos são direitos básicos de toda e qualquer pessoa, inclusive do público infantil, sendo garantido por lei. A criança tem direito ao seu pleno desenvolvimento físico, mental,

moral, direito de brincar, de se expressar, direito a proteção. E a escola tem o dever de prestar queixas diante de maus tratos observados no comportamento da criança.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996] Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l19394.htm. Acesso em: 21 out. 2020.

_____. Decreto n.591, de 6 de julho de 1992. Dispõe sobre: **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.** Promulgação, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em: 21 set 2020.

_____. Decreto n.592, de 6 de julho de 1992. Dispõe sobre: **Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos. Promulgação,** DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 21 set 2020.

_____. Decreto n.678, de 6 de novembro de 1992. **Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos** (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1996, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 21 set. 2020.

_____. Decreto n.3321, de 30 de dezembro de 1999. **Promulga o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais "Protocolo de São Salvador",** concluído em 17 de novembro de 1988, em São Salvador, El Salvador. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3321.htm. Acesso em: 21 set 2020.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (2007). **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Brasília. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/2191-plano-nacional-pdf/file>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. **Lei Federal n.8069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 19.841, de 26 de junho de 1945.** Promulga a Carta das Nações Unidas. Brasília, 22 out. 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 26 abr 2020.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>Acesso em: 28 maio 2020.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

CARVALHO, Elda Maria Rodrigues de. **Tendências da Educação Psicomotora Sob o Enfoque Walloniano**. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2003, 23 (3), p. 84-89. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n3/v23n3a12.pdf>> Acesso em 28 out 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

KLEIN, Ana Maria; CRUZ, Luciana Aparecida Nogueira da. Diretrizes nacionais de educação em direitos humanos: por que levar os direitos humanos para as escolas? *In*: JOCA, Alexandre; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima; NATIVIDADE, Marcelo. (Org.). **Educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual: reflexões, projetos e experiências**. Recife: Imprima, 2015. p. 183-196.

_____. **Desenvolvimento da Educação em Direitos Humano no cotidiano escolar: caminhos a percorrer**. 14f. Tese. Universidade Estadual Paulista/UNESP, 2010.

LAURENTINO, Maria Cecília da Silva; MELO, Vanessa Batista de. O Brincar nas Perspectivas: Freudiana, Kleiniana e Winnicottiana. **Psicologado**, [S.l.]. (2015). Disponível em <<https://psicologado.com.br/abordagens/psicanalise/o-brincar-nas-perspectivas-freudiana-kleiniana-e-winnicottiana>> Acesso em 30 maio 2020.

O MUNDO SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA. [S. l.: s. n.], 2016. 1 vídeo (16min e 25seg). Publicado pelo canal TEDxTalks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VW87Oa14tMQ&t=4s>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. Assembleia Geral, 1948**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2020.

POMBO, Mariana. **Crise do patriarcado e função paterna: um debate atual na psicanálise**. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 447-470, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2020.

SM EDUCAÇÃO. **Saiba como trabalhar a diversidade na escola**. Disponível em: <<https://www.aeducacaonosmove.com.br/blog/diversidade-na-escola>> Acesso em: 25 maio 2020.

SOARES STORCH DE ARAÚJO, Aline. e MIRANDA AFONSO, Maria Lúcia. A educação em direitos humanos na educação infantil: formação de sujeitos de direitos. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos (SP), v. 12, n. 1, p. 46-60, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1887/667>. Acesso em: 06 nov 2020